

**Economia Solidária, Governança Local e Ecodesenvolvimento no Assentamento  
Maringá, Araguatins–TO: entre fragilidades e potencialidades.**

**Solidarity Economy, Local Governance and Ecodevelopment in the Maringá Settlement,  
Araguatins–TO: Fragilities and Potentials**

**Érica Ribeiro de Sousa Simonetti**

IFTO. Araguatins, TO, Brasil

**Tattianne de Sousa Almeida Lúcio Oliveira**

UNITAU. Taubaté, SP, Brasil

**Alison de Oliveira Moraes**

UNITAU. Taubaté, SP, Brasil

**Elson Martins Neves**

IFPA. Castanhal, PA

**GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural**

**Resumo** O presente estudo analisa as fragilidades e potencialidades da economia solidária no Assentamento Maringá, em Araguatins–TO, destacando suas interfaces com o ecodesenvolvimento e a governança local. Por meio de abordagem quali-quantitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas, questionários e observação direta, buscou-se compreender como as práticas coletivas, o capital social e as estratégias institucionais contribuem para a sustentabilidade territorial. Os resultados indicam que, embora haja histórico de cooperação e conhecimento tradicional consolidado, observa-se enfraquecimento das associações, redução da participação comunitária e crescente individualização das atividades produtivas. Ao mesmo tempo, persistem potencialidades relacionadas à diversificação da produção, à presença feminina nas atividades produtivas e às oportunidades vinculadas a políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Conclui-se que o fortalecimento da governança local, da formação de lideranças e das ações de extensão rural é fundamental para consolidar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusivo no território.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; economia solidária; desenvolvimento sustentável; governança local; ecodesenvolvimento.

**Abstract:**

This study examines the fragilities and potentials of the solidarity economy in the Maringá Settlement, Araguatins–TO, highlighting its intersections with ecodevelopment and local governance. Using a qualitative-quantitative approach, with data collected through semi-structured interviews, questionnaires, and direct observation, the research investigates how collective practices, social capital, and institutional strategies contribute to territorial sustainability. The findings indicate that, despite a historical foundation of cooperation and traditional knowledge, there is a weakening of associations, reduced community participation, and increasing individualization of productive activities. At the same time, significant potentials remain, including diversified production, female participation in productive activities, and opportunities linked to public policies supporting family farming. The study concludes that strengthening local governance, developing leadership, and expanding rural extension actions are essential for consolidating the solidarity economy as a strategy for sustainable and inclusive territorial development.

**Keywords:** Family farming; solidarity economy; sustainable development; local governance; ecodevelopment.

## 1. Introdução

A economia solidária tem se consolidado como uma importante estratégia de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, restrições de acesso a mercados e fragilidades institucionais. Em assentamentos rurais, as práticas de cooperação, autogestão, associativismo e reciprocidade configuram-se como mecanismos relevantes para a geração de renda, a inclusão produtiva e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável (SINGER, 2002).

No contexto da agricultura familiar, tais práticas assumem papel ainda mais estratégico por articularem dimensões econômicas, sociais e ambientais, favorecendo a circulação local da renda, o fortalecimento do capital social e a valorização dos saberes tradicionais. Como destaca Abramovay (2000), a densidade das relações sociais e a confiança entre os atores locais constituem ativos decisivos para a vitalidade dos territórios rurais e para a consolidação de processos cooperativos.

Quando associadas aos princípios do ecodesenvolvimento, essas iniciativas ampliam a capacidade de resiliência dos territórios diante de desafios como mudanças climáticas, instabilidade dos mercados, êxodo rural e redução de políticas públicas. Nessa perspectiva, Sachs (2002) argumenta que o desenvolvimento sustentável deve ser territorializado e construído a partir da integração entre eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica.

Entretanto, em muitos assentamentos, as experiências de economia solidária convivem com fragilidades relacionadas ao enfraquecimento das lideranças, à redução da participação social e à individualização crescente das estratégias produtivas. Tais processos comprometem a governança local e limitam a capacidade de construção de soluções coletivas voltadas à sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares. Conforme Laville (2019), a economia solidária depende diretamente da capacidade institucional dos atores de manter redes de cooperação, reciprocidade e gestão compartilhada.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender como as dinâmicas de organização coletiva, capital social e governança territorial se manifestam em contextos específicos, revelando tanto limites quanto potencialidades para a consolidação da economia solidária como vetor de ecodesenvolvimento. O Assentamento Maringá, localizado no município de Araguatins, extremo norte do Tocantins, apresenta-se como território emblemático dessa

problemática, por reunir histórico de cooperação comunitária, diversificação produtiva e, simultaneamente, sinais de fragilidade institucional.

Além disso, considerando as discussões contemporâneas sobre ruralidades, destaca-se que as práticas coletivas no meio rural também se articulam às relações de gênero, uma vez que as mulheres desempenham papel relevante na organização produtiva, na segurança alimentar e na reprodução social das famílias assentadas, ainda que muitas vezes invisibilizadas nos processos decisórios.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as fragilidades e potencialidades da economia solidária no Assentamento Maringá, em Araguatins-TO, com foco na organização coletiva, nas interfaces com o ecodesenvolvimento e nos elementos estratégicos identificados por meio da análise SWOT. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre governança local, agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável em assentamentos rurais.

## **2. Revisão da Literatura**

### **2.1 Economia solidária e organização coletiva no meio rural**

A economia solidária constitui importante estratégia de organização social e produtiva na agricultura familiar, especialmente em territórios marcados por limitações estruturais de acesso a mercados, crédito e assistência técnica. Fundamentada nos princípios da cooperação, autogestão, reciprocidade e solidariedade, essa abordagem amplia as possibilidades de inclusão produtiva e fortalecimento do capital social no meio rural.

Segundo Singer (2002), a economia solidária representa uma alternativa às formas convencionais de organização econômica, ao valorizar processos coletivos de produção, comercialização e gestão. No contexto dos assentamentos rurais, essas práticas tornam-se ainda mais relevantes por favorecerem ganhos de escala, fortalecimento associativo e maior capacidade de inserção em políticas públicas.

Autores como Abramovay (2000) e Laville (2019) reforçam que a cooperação territorial depende da densidade das relações sociais, da confiança entre os atores e da existência de lideranças capazes de mobilizar ações coletivas. Dessa forma, o fortalecimento institucional das associações rurais torna-se elemento central para a sustentabilidade dos empreendimentos solidários.

## 2.2 Economia solidária e ecodesenvolvimento

A construção teórica que articula economia solidária e ecodesenvolvimento se apoia em entendimentos interdisciplinares de desenvolvimento sustentável que superam a dicotomia entre crescimento econômico e conservação ambiental. A abordagem do ecodesenvolvimento, conforme formulada por Ignacy Sachs (2002), propõe uma reconceituação do desenvolvimento que não se limita à lógica do Produto Interno Bruto, mas integra eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica em uma visão territorializada do desenvolvimento sustentável. Para Sachs, o ecodesenvolvimento pressupõe um equilíbrio dinâmico entre as esferas ambiental, social e econômica, construído a partir das práticas sociais e da gestão comunitária de recursos naturais.

A economia solidária, por sua vez, emerge como um campo epistemológico e prático que contesta a organização econômica hegemônica ao tornar explícitos valores como solidariedade, reciprocidade, autogestão e cooperação (SINGER, 2002; LAVILLE, 2019). Ao privilegiar a cooperação sobre a competição, a economia solidária amplia as possibilidades de inclusão produtiva, fortalece o capital social e fomenta relações de interdependência que contribuem para a sustentabilidade dos territórios (ABRAMOVAY, 2000; SENNETT, 2018).

Nesse sentido, a economia solidária se alinha ao ecodesenvolvimento ao promover circuitos curtos de produção e circulação de bens, privilegiar saberes tradicionais e práticas de manejo sustentável, e reduzir a dependência de mercados distantes e de cadeias globais que frequentemente externalizam custos ambientais e sociais para os territórios rurais. Essa perspectiva aproxima-se do que Elinor Ostrom (2000) denomina de “governo policêntrico dos bens comuns”, no qual comunidades organizadas conseguem gerir coletivamente recursos naturais, estabelecendo normas, monitoramento e sanções que preservam a sustentabilidade ecológica e a equidade social.

Além disso, estudos contemporâneos em desenvolvimento rural e economia solidária reforçam que tais práticas não são apenas alternativas econômicas, mas modelos de desenvolvimento que promovem autonomia comunitária, fortalecem redes sociais e ampliam a capacidade adaptativa frente a crises socioambientais (GONÇALVES, 2017; VIEIRA & SANTOS, 2020). Neste quadro, o ecodesenvolvimento é entendido não como um estado ideal a ser alcançado, mas como um processo contínuo de aprendizagem social, experimentação coletiva e reconfiguração de arranjos produtivos territoriais.

Autores como Gudynas (2011) argumentam que a sustentabilidade deve ser pensada como um projeto político que articula justiça ambiental, democratização do acesso aos recursos

e reconhecimento das diversidades culturais e produtivas. Essa perspectiva expande a leitura de Sachs ao incorporar a dimensão das relações de poder, desigualdades e direitos socioambientais, elementos centrais nos processos de organização coletiva em assentamentos rurais.

Ao conectar economia solidária e ecodesenvolvimento, evidenciam-se também pressupostos da economia ecológica, que critica a fragmentação entre economia e ecologia e propõe a integração entre sistemas socioeconômicos e biológicos como coevolutivos (Daly & Farley, 2011). Esse referencial sustenta a ideia de que práticas solidárias que internalizam custos ambientais e valoram externalidades sociais positivas são mais coerentes com modelos produtivos regenerativos e resilientes.

Assim, posiciona-se a economia solidária não apenas como estratégia de organização produtiva, mas como forma de cogestão territorial sustentável, capaz de mobilizar capital social, redes de cooperação, saberes locais e instituições públicas e comunitárias em um projeto de desenvolvimento coletivo. Essa articulação teórica legitima a análise das práticas observadas no Assentamento Maringá, demonstrando que a superação de fragilidades depende não apenas de ações pontuais, mas da reconstrução de arranjos institucionais, educacionais e políticos que viabilizem a articulação entre autonomia comunitária e sustentabilidade socioambiental.

### **2.3 Governança local, capital social e desenvolvimento territorial**

A governança local constitui um elemento central para a sustentabilidade e o desenvolvimento de territórios rurais, especialmente em contextos marcados por limitações institucionais e vulnerabilidades socioeconômicas. Conceitualmente, a governança local refere-se à capacidade coletiva de coordenação, tomada de decisão e implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias, envolvendo simultaneamente atores governamentais, organizações da sociedade civil, associações comunitárias e instituições privadas (SCHNEIDER, 2010; OSTROM, 2000).

No contexto da agricultura familiar, a governança territorial é determinante para a efetividade das práticas de economia solidária, pois possibilita a articulação entre interesses individuais e coletivos, promove a cooperação entre famílias e associações, e facilita a integração com políticas públicas e programas institucionais, como o PAA e o PNAE. Segundo Abramovay (2000), a densidade das relações sociais e a capacidade de organização coletiva constituem fatores críticos para a construção de soluções territorialmente adaptadas, promovendo a inclusão produtiva e a sustentabilidade ambiental.

O capital social emerge como conceito fundamental nesse processo, sendo definido como o conjunto de redes de confiança, normas de reciprocidade e vínculos sociais que permitem que indivíduos e grupos atuem de forma coordenada para alcançar objetivos comuns (PUTNAM, 2000; BOURDIEU, 1986). No meio rural, o capital social fortalece associações e cooperativas, facilita o acesso a mercados e políticas públicas, e aumenta a resiliência das comunidades frente a choques econômicos, sociais e ambientais.

Autores como Laville (2019) e Singer (2002) reforçam que a economia solidária depende diretamente da capacidade institucional dos atores locais de manter redes de cooperação, reciprocidade e gestão compartilhada. Nesse sentido, a governança local e o capital social não apenas suportam a ação coletiva, mas também atuam como mecanismos de regulação social e ambiental, promovendo a sustentabilidade territorial e mitigando desigualdades.

O desenvolvimento territorial, portanto, é compreendido como resultado da interação entre governança participativa, capital social ativo e estratégias econômicas locais, sendo influenciado por fatores históricos, culturais e institucionais. Essa perspectiva reconhece que territórios rurais não são apenas espaços geográficos de produção, mas arenas de construção social, política e ambiental (GONÇALVES, 2017; VIEIRA & SANTOS, 2020). A integração entre governança local, capital social e economia solidária cria condições para a implementação de práticas produtivas sustentáveis, circulação local da renda e fortalecimento da autonomia comunitária, favorecendo a consolidação de processos de desenvolvimento territorial sustentável.

Em síntese, a análise do Assentamento Maringá revela que o sucesso da economia solidária depende não apenas das iniciativas individuais, mas da reconstrução de arranjos institucionais e de governança, capazes de fortalecer lideranças, ampliar a cooperação e articular ações com políticas públicas, instituições de ensino, extensão rural e redes comunitárias. Essa abordagem reforça a necessidade de compreender o desenvolvimento rural como um processo integrador, no qual dimensões sociais, econômicas e ambientais se articulam em prol da resiliência e sustentabilidade territorial.

### **3. O objeto de estudo: o Assentamento Maringá como território da agricultura familiar**

O objeto empírico deste estudo é o Projeto de Assentamento Maringá, localizado na zona rural do município de Araguatins, na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins. Trata-se de um território emblemático da agricultura familiar regional, cuja trajetória

está diretamente relacionada às políticas de reforma agrária e à consolidação de sistemas produtivos de base familiar.

A escolha do Assentamento Maringá justifica-se por sua relevância socioeconômica e territorial na dinâmica rural do extremo norte tocaninense, especialmente pela presença de unidades familiares diversificadas, baseadas na produção de grãos, horticultura, criação de pequenos animais, bovinocultura leiteira e piscicultura. A predominância do trabalho familiar, associada ao conhecimento tradicional sobre manejo da terra, confere singularidade ao território e reforça sua representatividade para estudos sobre economia solidária e desenvolvimento territorial.

Do ponto de vista socioambiental, o Assentamento Maringá apresenta características que influenciam diretamente sua dinâmica produtiva e organizacional. O acesso hídrico, embora favorecido pela proximidade de cursos d'água e pela presença de áreas com potencial para uso em pequenas irrigações e piscicultura, ainda enfrenta limitações sazonais decorrentes da irregularidade das chuvas e da insuficiência de tecnologias de armazenamento e manejo da água. Em termos logísticos, as condições das estradas vicinais e o distanciamento dos principais centros consumidores constituem entraves importantes ao escoamento da produção, elevando custos de transporte e restringindo a inserção em mercados mais amplos.

A comercialização ocorre predominantemente em circuitos curtos, envolvendo feiras locais, vendas diretas e programas institucionais, como o PAA e o PNAE, os quais representam oportunidades estratégicas para a agricultura familiar. Observa-se, ainda, que o território vivencia desafios relacionados à sucessão geracional, diante da saída de jovens para centros urbanos em busca de estudo e trabalho, fenômeno que pode comprometer a continuidade das unidades produtivas familiares. Paralelamente, destaca-se a presença significativa das mulheres nas atividades de horticultura, beneficiamento de alimentos, pequenos animais, gestão doméstica e apoio à comercialização, evidenciando seu papel central na reprodução social, econômica e alimentar das famílias assentadas.

Outro aspecto central é sua trajetória histórica de organização social. A associação local, criada pelos próprios assentados, desempenhou papel importante na mobilização comunitária, na articulação de compras coletivas, na realização de mutirões e no acesso a programas institucionais. Embora atualmente se observe redução da participação coletiva, essa memória organizativa permanece como ativo territorial estratégico.

Além disso, o assentamento mantém relação com instituições de ensino, pesquisa e extensão, especialmente o IFTO, que atua como parceiro potencial em processos de formação,

assistência técnica e fortalecimento da governança local. Essa proximidade institucional amplia as possibilidades de reorganização coletiva e de inserção em políticas públicas.

Do ponto de vista analítico, o Assentamento Maringá representa um território marcado pela coexistência entre fragilidade institucional e elevado potencial de reconstrução social, condição que o torna objeto privilegiado para compreender os limites e as possibilidades da economia solidária como vetor de ecodesenvolvimento.

#### **4. Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso no Assentamento Maringá, município de Araguatins–TO na região do Bico do Papagaio, área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. O município localiza-se às margens do rio Araguaia, apresentando coordenadas aproximadas de 5°39' S e 48°07' W, altitude média de 103 metros e área territorial de 2.633,278 km<sup>2</sup> (IBGE, 2024).

O universo é de 45 famílias agricultoras e a amostra foi composta por 11 famílias agricultoras, selecionadas de forma intencional, considerando disponibilidade e participação voluntária. Como instrumentos de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, questionários e observação direta.

Esses agricultores familiares desenvolvem atividades produtivas diversificadas, como cultivos agrícolas, criação de pequenos animais e uso sustentável dos recursos naturais. A escolha do assentamento justifica-se por sua representatividade no contexto da agricultura familiar regional, bem como pela presença de dinâmicas coletivas de organização produtiva, cooperação comunitária e práticas relacionadas à economia solidária e à gestão ambiental, aspectos centrais aos objetivos desta pesquisa.

#### **5. Discussão dos Resultados**

A análise dos resultados foi interpretada à luz do referencial teórico da economia solidária, do ecodesenvolvimento e da governança territorial. Essa articulação permitiu compreender que as dinâmicas observadas no Assentamento Maringá extrapolam aspectos meramente produtivos, revelando processos sociais, institucionais e ambientais que condicionam a sustentabilidade territorial.

Em consonância com Singer (2002), as práticas coletivas identificadas expressam formas de resistência econômica e reprodução social baseadas na cooperação. Ao mesmo

tempo, a leitura de Abramovay (2000) e Laville (2019) contribui para compreender que o enfraquecimento associativo compromete o capital social e a capacidade de ação coletiva. Sob a perspectiva de Sachs (2002), tais elementos assumem centralidade ao evidenciar que o ecodesenvolvimento depende da integração entre organização social, prudência ecológica e oportunidades econômicas territorializadas.

## **5.1 Economia solidária e organização coletiva**

Os resultados demonstram que a economia solidária no assentamento apresenta uma dinâmica contraditória, marcada pela coexistência entre bases históricas de cooperação e fragilidades organizacionais no presente.

A maioria das famílias permanece vinculada à associação de produtores do próprio assentamento, embora a participação atual seja reduzida em comparação a períodos anteriores. As ações coletivas, antes mais frequentes, como compra conjunta de insumos e reuniões sistemáticas, foram gradativamente substituídas por práticas pontuais, sobretudo mutirões comunitários realizados em situações específicas.

Esse enfraquecimento evidencia um processo de individualização das estratégias produtivas, limitando ganhos de escala, comercialização conjunta e fortalecimento do capital social. A literatura destaca que a economia solidária depende diretamente de confiança, reciprocidade e liderança local, elementos fundamentais para a manutenção da cooperação.

Sob esse aspecto, os achados dialogam com Abramovay e Laville ao reforçarem que a densidade das redes sociais e a governança local são determinantes para a consolidação de empreendimentos solidários em territórios rurais.

## **5.2 Interfaces com o ecodesenvolvimento**

Ao relacionar economia solidária e ecodesenvolvimento, observou-se que o território apresenta avanços importantes, porém ainda em estágio inicial.

As famílias adotam práticas compatíveis com a sustentabilidade, como rotação e consórcio de culturas, preservação de áreas verdes, plantio de árvores e manejo racional da água. Tais ações revelam potencial para construção de estratégias territorializadas de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, persistem limitações importantes, especialmente a permanência do uso de queimadas para preparo do solo e o conhecimento ainda superficial sobre os princípios da economia solidária. Essa combinação demonstra que a sustentabilidade no território não

depende apenas das práticas ambientais, mas também do fortalecimento das dimensões sociais, institucionais e educativas.

A economia solidária, nesse cenário, apresenta grande potencial como vetor de ecodesenvolvimento ao favorecer cooperação, circulação local da renda e fortalecimento comunitário. Contudo, sua efetividade depende do acesso à assistência técnica, educação ambiental e políticas de fortalecimento institucional.

observa-se que os agricultores entrevistados apresentam conhecimento limitado sobre economia solidária, compreendendo o conceito apenas de forma superficial, ainda que reconheçam seus benefícios, sobretudo no fortalecimento da cooperação e da organização comunitária. Esse aspecto demonstra que a sustentabilidade territorial depende não apenas de práticas ambientais, mas também do fortalecimento das dimensões sociais, econômicas e institucionais do desenvolvimento.

Nesse sentido, o ecodesenvolvimento no território não se configura como um modelo plenamente consolidado, mas como um processo em construção, que demanda maior acesso à assistência técnica, difusão de tecnologias sustentáveis, programas de extensão rural e ações de educação ambiental capazes de substituir métodos tradicionais por alternativas mais adequadas.

Apesar dessas limitações, identificam-se elementos promissores para sua consolidação, especialmente quando articulados às práticas de economia solidária e organização coletiva, favorecendo a transição para sistemas produtivos mais sustentáveis, resilientes e territorialmente integrados.

Esses resultados corroboram a perspectiva de Ignacy Sachs (2002), ao demonstrar que o ecodesenvolvimento deve ser compreendido como um processo gradual, territorializado e socialmente construído, dependente da articulação entre as dimensões ambiental, social, econômica e institucional do desenvolvimento.

### 5.3 Análise SWOT: fragilidades e potencialidades

A análise SWOT permitiu identificar elementos estratégicos que explicam tanto a fragilidade atual quanto o potencial futuro da economia solidária no assentamento.

Entre as **forças**, destacam-se a diversificação produtiva, a predominância da mão de obra familiar, os vínculos comunitários ainda existentes e o conhecimento tradicional sobre manejo da terra. Esses fatores representam bases importantes para a retomada de processos coletivos.

As principais **fraquezas** concentram-se na baixa organização coletiva, no enfraquecimento das lideranças e na fragilidade do planejamento produtivo. Esses aspectos reduzem a capacidade de articulação social e limitam a inserção em mercados institucionais e cooperativos.

Quanto às **oportunidades**, sobressaem programas públicos como PAA e PNAE, a crescente demanda por produtos sustentáveis, a presença de instituições de ensino e extensão, como o IFTO, e a possibilidade de reestruturação da associação local.

Por outro lado, as **ameaças** incluem mudanças climáticas, irregularidade das chuvas, redução de políticas públicas, êxodo rural e concorrência com sistemas produtivos de maior escala.

A discussão desses elementos evidencia que o potencial da economia solidária no assentamento está diretamente condicionado à capacidade de transformar capital social residual em governança ativa, liderança e inovação institucional.

## 6. Considerações finais

O presente estudo permitiu compreender que a economia solidária no Assentamento Maringá se configura como um campo marcado pela coexistência entre fragilidades organizacionais e expressivo potencial de reconstrução territorial. A análise evidenciou que, embora as práticas associativas e cooperativas tenham perdido intensidade nos últimos anos, persistem ativos sociais, produtivos e institucionais capazes de sustentar processos de revitalização da ação coletiva.

Entre as principais fragilidades identificadas, destacam-se o enfraquecimento das lideranças, a baixa participação nas instâncias associativas, a individualização crescente das estratégias produtivas e as limitações de acesso a mercados e políticas públicas. Tais elementos repercutem diretamente sobre a governança local, reduzindo a densidade do capital social e a capacidade do território de estruturar respostas coletivas aos desafios econômicos, sociais e ambientais.

Por outro lado, o estudo também revelou importantes potencialidades, como a diversificação produtiva, a predominância do trabalho familiar, os vínculos comunitários ainda existentes, o conhecimento tradicional sobre manejo da terra e a presença de instituições parceiras, a exemplo do IFTO, com capacidade de fomentar processos de extensão, formação de lideranças e inovação sociotécnica. Esses elementos constituem bases estratégicas para a consolidação da economia solidária como vetor de ecodesenvolvimento no território.

Sob a perspectiva do ecodesenvolvimento, conclui-se que a sustentabilidade territorial no assentamento depende da integração entre organização coletiva, prudência ecológica, inclusão produtiva e fortalecimento institucional, em consonância com a perspectiva de Sachs (2002). Nesse sentido, a economia solidária mostra-se não apenas como alternativa econômica, mas como estratégia de fortalecimento da autonomia local, da circulação da renda no território e da resiliência dos sistemas familiares de produção.

Adicionalmente, destaca-se que a revitalização das redes de cooperação deve incorporar a dimensão das relações de gênero, reconhecendo o protagonismo das mulheres na reprodução social, na segurança alimentar e nas práticas de economia solidária no meio rural. Tal reconhecimento amplia a aderência do estudo às discussões contemporâneas sobre ruralidades e inclusão social.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da associação local, a formação de novas lideranças, a ampliação das ações de assistência técnica e extensão rural e a maior articulação com políticas públicas como PAA e PNAE constituem caminhos essenciais para transformar fragilidades institucionais em oportunidades de desenvolvimento territorial sustentável.

Como agenda futura de pesquisa, recomenda-se aprofundar investigações sobre governança local, sucessão de lideranças, juventudes rurais, protagonismo feminino e mecanismos institucionais de reativação das redes de cooperação em assentamentos da agricultura familiar.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Economia Aplicada, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379–397, 2000.

GONÇALVES, Francisco. *Desenvolvimento territorial e sustentabilidade: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHNEIDER, Susan. *Governing local communities: theory and practice*. London: Routledge, 2010.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VIEIRA, Ana; SANTOS, Cláudio. *Governança e desenvolvimento territorial em contextos rurais*. Revista de Desenvolvimento Regional, v. 26, n. 1, p. 45–62, 2020.